

## **Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal** *Immigration, flexibility and precarious work: the case of Brazilian immigrants in Portugal*

Catarina Egreja & João Peixoto\*

**Resumo** O principal objetivo deste texto é aprofundar o conhecimento sobre os modos de inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, tendo em conta as modalidades flexíveis e precárias da relação laboral. Com base num inquérito a uma amostra de imigrantes brasileiros realizado em 2009, são estudadas algumas variáveis do emprego até agora pouco exploradas. É o caso das relações contratuais, pagamento de impostos e contribuições, níveis de rendimento e horas de trabalho semanais. São ainda revistos os níveis e características do desemprego ao longo do percurso migratório e na atualidade. Em todos os casos são identificadas as características dos imigrantes que mais se relacionam com os padrões de flexibilidade e precariedade laboral, demonstrando a sua grande vulnerabilidade nesta área.

**Palavras-chave** Imigração, Imigração Brasileira, Mercado de Trabalho, Flexibilidade, Precariedade, Economia Informal

**Abstract** The main objective of this article is to study the knowledge about the modes of incorporation in the labour market of Brazilian immigrants in Portugal, taking into account the flexible arrangements of employment relations. By using data collected through a survey of Brazilian immigrants carried out in 2009, the article deals with employment characteristics insufficiently dealt with until now. This is the case of contractual arrangements, payment of social contributions and taxes, income levels and weekly labour hours. Also the levels and characteristics of unemployment are studied, both during the migration trajectory and at the moment of survey. In all cases the main immigrants' characteristics related with flexible arrangements are reviewed, confirming their high vulnerability in this area.

**Keywords** Immigration, Brazilian Immigration, Labour Market, Flexibility, Informal Economy, Portugal

\* SOCIUS, ISEG-UTL. Rua Miguel Lupi, 20 — 1249-078 Lisboa — Portugal.  
caterina.egreja@sapo.pt e jpeixoto@iseg.utl.pt

## ■ Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal<sup>1</sup>

Catarina Egreja & João Peixoto

### Introdução

Os padrões mais comuns de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho dos países desenvolvidos são hoje bem conhecidos. Nas décadas mais recentes, algumas das primeiras referências a uma situação caracterizada por baixos salários, escassas possibilidades de carreira e poucas recompensas sociais surgem com a teoria dos mercados de trabalho segmentados e a sua aplicação às migrações internacionais (Piore, 1978). Os estudos de Portes acerca dos diferentes modos de incorporação acrescentaram pontos importantes, ao caracterizarem melhor a inserção no mercado secundário e ao distinguirem-na de outros perfis laborais (Portes, 1981 e 1999). A transição entre a economia fordista e a pós-fordista, a partir de meados dos anos 1970, agravou aquele tipo de inserção dos imigrantes. Com a desregulação progressiva dos mercados de trabalho, a flexibilização das relações laborais tornou-se generalizada, embora tenha atuado de forma seletiva (Boyer, 1986; Kovács, 2005). Se os aspetos habitualmente considerados mais positivos da flexibilidade, como a maior autonomia individual, ocorrem sobretudo em trabalhadores nativos, os aspetos mais negativos, como a precariedade laboral, incidem relativamente mais sobre imigrantes e outros grupos populacionais, incluindo as mulheres e os jovens (Phizacklea, 2005; Kovács e Casaca, 2007; Casaca e Peixoto, 2010).

As novas formas de organização de trabalho diferem, assim, substancialmente do tipo de relação salarial que vigorou até meados dos anos 1970. A partir de então, tornaram-se vulgares os vínculos contratuais temporários, a ausência ou o desrespeito parcial pelas normas contratuais, os tempos de trabalho flexíveis e a diversificação dos estatutos de emprego (emprego a tempo parcial, trabalho no domicílio e teletrabalho, emprego por conta própria, emprego temporário, *outsourcing*/subcontratação, trabalho *on-call*, entre outros) (Kovács, 2005; Kovács e Casaca, 2007). Algumas destas modalidades flexíveis traduzem-se em precariedade laboral, sempre que os trabalhadores não dispõem de recursos para negociar a sua posição e são particularmente vulneráveis face aos empregadores. A ausência ou escassa duração dos contratos pode sobrepor-se, assim, a maior exploração laboral, falta de proteção social, escassez de direitos e desemprego frequente. Não espanta que exista uma relação particularmente forte entre estas formas precárias de relação de trabalho e alguns grupos populacionais, incluindo os imigrantes.

Em Portugal, tem sido abundante a pesquisa sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho (para algumas sínteses recentes, ver OCDE, 2008; Peixoto, 2008; Machado *et al.*, 2009). Sabe-se que a grande maioria dos fluxos imigratórios

para o nosso país é de tipo económico; que a imigração está muito relacionada com a segmentação do mercado laboral; que a maioria dos imigrantes ocupa os níveis profissionais na base da pirâmide social; e que a inserção laboral está estreitamente relacionada com a integração social e oportunidades de vida. Em muitos casos, os imigrantes sujeitam-se a empregos caracterizados por baixos salários, contratos temporários (ou ausência de contratos), poucas oportunidades de progressão profissional e escassa proteção social. Em casos mais extremos, pode falar-se em exploração laboral (Pereira e Vasconcelos, 2007). Os seus níveis de desemprego também são, em geral, superiores à média e acentuam-se em períodos de crise económica (Peixoto e Iorio, 2011). Noutros termos, os imigrantes estão claramente mais sujeitos a arranjos flexíveis e precários de trabalho.

Apesar das limitações das fontes estatísticas oficiais, vários estudos já se debruçaram sobre os padrões de inserção laboral dos imigrantes brasileiros em Portugal. Têm sido assim distinguidas algumas “vagas” contrastantes: enquanto até meados dos anos 1990 os brasileiros residentes em Portugal ocupavam grupos profissionais de topo e apresentavam elevados níveis de qualificação, a partir do final dessa década a situação quase se inverteu. As características da “segunda vaga” da imigração brasileira estão hoje razoavelmente estabelecidas: os migrantes mais recentes inseriram-se maioritariamente nos segmentos mais desqualificados e precários do mercado de trabalho português, acentuando a segmentação laboral existente (Casa do Brasil de Lisboa, 2004; Malheiros, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007; Góis *et al.*, 2009). Algumas das modalidades concretas assumidas por este último tipo de inserção encontram-se, porém, por conhecer.

O principal objetivo deste texto é aprofundar os modos de inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, tendo em conta as modalidades flexíveis e precárias da relação laboral. Os dados utilizados resultam de um inquérito a uma vasta amostra de imigrantes brasileiros, realizado em 2009 no âmbito de um projeto de investigação financiado pela FCT. Nesta operação foram inquiridos cerca de 1400 indivíduos adultos de nacionalidade brasileira que residiam ou trabalhavam em Portugal. O inquérito, que abrangeu todo o território nacional, foi aplicado entre Janeiro e Junho de 2009. De forma a maximizar a representatividade, pretendeu-se que a amostra se aproximasse dos padrões de repartição por sexos e distribuição geográfica de residência constantes dos dados estatísticos oficiais publicados pelo INE e SEF. Quanto à repartição por sexos, 44% dos imigrantes com resposta válida eram do sexo masculino e 56% do feminino. Quanto à distribuição de residência (distritos), 45% dos imigrantes com resposta válida residiam em Lisboa, seguidos de 11,9% em Faro, 11,2% no Porto, 8,2% em Coimbra e 6,6% em Setúbal. Os restantes distribuíam-se por todos os outros distritos e regiões autónomas de Portugal.

A técnica de amostragem não-aleatória utilizada foi a de “bola de neve”, o que se tornou necessário face à inexistência de uma lista que permitisse elaborar uma amos-

tra representativa. A principal desvantagem desta técnica foi a capacidade limitada para proceder a generalizações para todos os imigrantes brasileiros. Uma das consequências desta metodologia foi o enviesamento da amostra, resultante do facto de o inquérito captar sobretudo a imigração recente, pelo que algumas características das “vagas” mais tradicionais ficaram ocultadas.<sup>2</sup> Ainda assim, perante a escassez de investigação quantitativa existente neste domínio, podemos admitir que os dados recolhidos possuem uma capacidade de explicação apreciável (para outros pormenores, ver Góis *et al.*, 2009).

O inquérito aos imigrantes brasileiros de 2009 permitiu conhecer numerosas variáveis relativas ao emprego. Algumas delas, como é o caso da situação na profissão, profissão e ramo de atividade, têm sido objeto de estudos anteriores e confirmaram, em traços gerais, o que era conhecido. Por esta razão não serão tratadas neste texto. Outras têm sido, porém, objeto de escassa atenção e apresentam uma forte relação com os padrões de flexibilidade e precariedade laboral. É o caso dos níveis de rendimento, relações contratuais, pagamento de impostos e contribuições, e horas de trabalho semanais. São estas variáveis que serão tratadas na próxima secção deste texto. Numa secção posterior serão ainda revistos os níveis e características do desemprego ao longo do percurso migratório e na atualidade. Em todos os casos será efetuada uma tentativa de identificação das características dos imigrantes que mais se relacionam com a flexibilidade e precariedade laboral, o que permitirá confirmar a sua grande vulnerabilidade nesta área.

## **Emprego**

### *Relações contratuais*

Inquiridos sobre a sua situação contratual, 85,7% dos respondentes declararam ter um contrato escrito de trabalho. No entanto, esta questão só assume relevância entre os trabalhadores por conta de outrem. Considerando apenas este universo, 92,9% dos trabalhadores declararam ter um contrato escrito. Neste sentido, a taxa de informalidade real é diminuta, situando-se nos 7,1%. Este valor é reduzido, face ao que se presume habitualmente ser o peso das relações informais entre os imigrantes (Carvalho, 2007). Ainda assim, e como se verá à frente, a existência de situações informais não é generalizável a todos os trabalhadores, mas sobretudo a alguns sectores de atividade em particular.

Embora se tenha procurado identificar a existência de uma associação entre a posse de um contrato escrito relativamente ao emprego atual e outras variáveis, o desequilíbrio numérico entre as categorias não nos permitiu retirar conclusões sobre relações estatisticamente significativas. Ainda assim, elaboraram-se alguns cruzamentos com as principais características dos inquiridos que não têm contrato (ver Quadros 1 e 2).

A distribuição de homens e de mulheres sem contrato é muito semelhante, sendo sobretudo jovens (no máximo, com 34 anos) e com o 12º ano. Estas são também características comuns à generalidade da amostra, pelo que os dados não nos dizem muito sobre os inquiridos sem contrato de trabalho (ver Quadro 1).

**Quadro 1 – Caracterização dos imigrantes brasileiros que não possuem um contrato escrito relativamente ao emprego, segundo o género, grupo etário e habilitações**

		Não possui um contrato escrito relativamente ao emprego	
		Nº de casos	%
<b>Sexo</b>	Masculino	26	52,0%
	Feminino	24	48,0%
	Total	50	100,0%
<b>Grupos etários</b>	[20;24]	8	16,7%
	[25;29]	10	<b>20,8%</b>
	[30;34]	13	<b>27,1%</b>
	[35;39]	8	16,7%
	[40;44]	3	6,3%
	[45;49]	3	6,3%
	[50;54]	3	6,3%
	=>55	0	0,0%
	Total	48	100,0%
<b>Habilitações</b>	Não Alfabetizado	0	0,0%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	7	14,0%
	Ensino Médio (9º Ano)	7	14,0%
	Ensino Médio (12º Ano)	25	<b>50,0%</b>
	Ensino Superior (Licenciatura)	5	10,0%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	2	4,0%
	Ensino Profissional e Tecnológico	2	4,0%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	0	0,0%
	Outras Habilitações	2	4,0%
	Total	50	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 2 – Caracterização dos imigrantes brasileiros que não possuem um contrato escrito relativamente ao emprego, segundo o grupo profissional, sector de atividade e tipo de empregador**

		Não possui um contrato escrito relativamente ao emprego	
		Nº de casos	%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	3	6,8%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	24	<b>54,5%</b>
	Operários (GG7+GG8)	6	13,6%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	11	25,0%
	Total	44	100,0%
Sector de atividade atual	Indústria	2	4,7%
	Construção	12	<b>27,9%</b>
	Comércio	14	<b>32,6%</b>
	Atividades financeiras	5	11,6%
	Outras atividades de serviços	4	9,3%
	Atividades pessoais	6	14,0%
	Total	43	100,0%
O seu empregador atual é...	Uma pequena empresa (1 a 5 trabalhadores)	24	<b>50,0%</b>
	Uma empresa média (6 a 99 trabalhadores)	11	<b>22,9%</b>
	Uma grande empresa (mais de 100 trabalhadores)	3	6,3%
	Uma empresa de trabalho temporário	1	2,1%
	Um subemprego	3	6,3%
	Um empregador isolado (um patrão / uma patroa)	5	<b>10,4%</b>
	Trabalha por conta própria	1	2,1%
	Total	48	100,0%

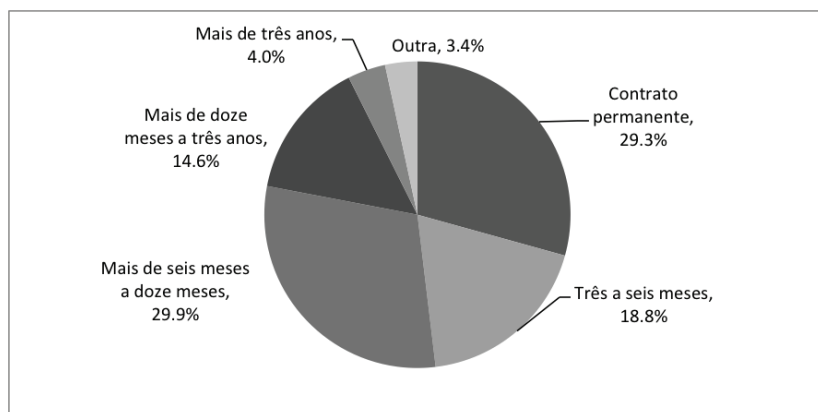
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Por grupo profissional, a ocorrência é mais frequente entre os Técnicos e quase inexistente entre Quadros – o que confirma a maior solidez do vínculo laboral entre os últimos. Por sector de atividade, todos apresentam taxas elevadas de formalidade no

trabalho. A ausência de contratos escritos, ainda que seja sempre uma situação minoritária, é mais comum nos sectores do Comércio e da Construção, o que confirma parcialmente o que tem sido divulgado na bibliografia (Carvalho, 2007). No sentido oposto, essa situação é quase inexistente no sector da Indústria. O cruzamento com o tipo de empregador mostra ainda que metade dos inquiridos sem contrato trabalha numa pequena empresa, embora as empresas médias e os empregadores isolados tenham também alguma importância. Estes últimos dados confirmam a vulnerabilidade resultante da inserção maioritária dos imigrantes em pequenas e médias empresas (ver Quadro 2).

Considerando todos os imigrantes que têm um contrato de trabalho, quase um terço possui um contrato permanente (Figura 1). No entanto, há que sublinhar o facto de praticamente metade dos inquiridos (48,7%) ter contratos com uma duração entre os 3 e os 12 meses, o que aponta para uma forte precariedade laboral entre os brasileiros. Este valor confirma o que tem sido escrito sobre a vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos brasileiros, a situações de precariedade (Malheiros, 2007; Góis *et al.*, 2009; Pereira, 2010). Em termos comparativos, a proporção de brasileiros com contratos não permanentes excede em mais de três vezes a dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal.<sup>3</sup>

**Figura 1 – Duração do contrato de trabalho dos imigrantes brasileiros**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Dos cruzamentos realizados entre a duração do contrato e outras características da inserção laboral, os mais relevantes (ainda que não sejam estatisticamente significativos) dizem respeito ao grupo profissional, sector de atividade, anos de chegada e tipo de empregador (ver Quadros 3 e 4).

Podemos constatar que os Quadros são os que têm maior percentagem de contratos permanentes e de contratos com duração superior a 3 anos. De novo, confirma-se a sua mais sólida inserção laboral. Em oposição, os Trabalhadores não qualificados foram os que mais celebraram, comparativamente, contratos de duração não superior a um ano (55,7%). Por sector, é interessante constatar que os contratos permanentes predominam nas Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, mas também entre as Atividades pessoais, familiares e domésticas. Com duração superior a 3 anos, encontram-se sobretudo no sector das Outras atividades de serviços. Por seu lado, os sectores do Comércio e da Construção são os que registam níveis mais elevados de contratos precários. Conjugando estes dados com os relativos à existência de contratos, estes dois últimos sectores parecem ser aqueles onde é mais forte a precarização dos vínculos laborais (ver Quadro 3).

**Quadro 3a – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional e o sector de atividade**

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato Permanente	Três a Seis Meses	Mais de Seis Meses a Doze Meses	Mais de Doze Meses a Três Anos	Mais de Três Anos	
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	N	13	4	9	3	5	34
		%	38,2%	11,8%	26,5%	8,8%	14,7%	100,0%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	N	75	49	82	48	8	262
		%	28,6%	18,7%	31,3%	18,3%	3,1%	100,0%
	Operários (GG7+GG8)	N	27	12	31	11	5	86
		%	31,4%	14,0%	36,0%	12,8%	5,8%	100,0%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	N	22	18	21	6	3	70
		%	31,4%	<b>25,7%</b>	<b>30,0%</b>	8,6%	4,3%	100,0%
Total	N	137	83	143	68	21	452	
	%	30,3%	18,4%	31,6%	15,0%	4,6%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009



**Quadro 3b – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros,  
segundo o grupo profissional e o sector de atividade**

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato Permanente	Três a Seis Meses	Mais de Seis Meses a Doze Meses	Mais de Doze Meses a Três Anos	Mais de Três Anos	
Sector de atividade atual	Indústria	N	15	6	13	3	1	38
		%	39,5%	15,8%	34,2%	7,9%	2,6%	100,0%
	Construção	N	23	14	21	7	3	68
		%	33,8%	<b>20,6%</b>	<b>30,9%</b>	10,3%	4,4%	100,0%
	Comércio	N	79	69	84	40	9	281
		%	28,1%	<b>24,6%</b>	<b>29,9%</b>	14,2%	3,2%	100,0%
	Atividades financeiras	N	12	2	7	6	1	28
		%	<b>42,9%</b>	7,1%	25,0%	21,4%	3,6%	100,0%
	Outras atividades de serviços	N	21	11	32	14	7	85
		%	24,7%	12,9%	37,6%	16,5%	<b>8,2%</b>	100,0%
	Atividades pessoais	N	10	1	7	7	0	25
		%	<b>40,0%</b>	4,0%	28,0%	28,0%	,0%	100,0%
	Total	N	160	103	164	77	21	525
		%	30,5%	19,6%	31,2%	14,7%	4,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A análise por anos de chegada evidencia ainda a preponderância de contratos permanentes entre os inquiridos que emigraram até 2003, encontrando-se os de duração mais limitada nos que vieram para Portugal entre 2004 e 2008 (ver Quadro 4). Note-se que a grande maioria dos contratos celebrados é recente: 90,7% tiveram lugar desde 2005 até ao momento da realização do inquérito (2009). Foi em 2008 que se celebrou a maioria dos contratos (46,7%), o que se compreende tendo em conta os dados já aqui apresentados do peso dos contratos com duração até um ano e que ainda estariam em vigor em 2009.

**Quadro 4 – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros, segundo o ano de chegada a Portugal**

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato permanente	Três a 6 meses	Mais de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses a 3 anos	Mais de 3 anos	
Anos de chegada	Até 1998	N	13	3	4	1	2	23
		%	<b>56,5%</b>	13,0%	17,4%	4,3%	<b>8,7%</b>	100,0%
	1999 a 2003	N	65	10	41	16	7	139
		%	<b>46,8%</b>	7,2%	29,5%	11,5%	5,0%	100,0%
	2004 a 2007	N	63	54	88	51	11	267
		%	23,6%	<b>20,2%</b>	<b>33,0%</b>	19,1%	4,1%	100,0%
	2008	N	12	30	25	11	2	80
		%	15,0%	<b>37,5%</b>	31,3%	13,8%	2,5%	100,0%
	2009	N	1	1	5	2	1	10
		%	10,0%	10,0%	50,0%	20,0%	10,0%	100,0%
	Total	N	154	98	163	81	23	519
		%	29,7%	18,9%	31,4%	15,6%	4,4%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

### *Pagamento de descontos e impostos*

Outras questões do inquérito procuravam aprofundar o tema da informalidade laboral, através do conhecimento da prática de descontos para a Segurança Social e pagamento de imposto sobre o rendimento. Questionados sobre a realização de descontos para a Segurança Social, 72,4% dos inquiridos responderam afirmativamente. Dos restantes, 15,2% não realizavam esses descontos e para 12,4% a questão não se aplicava ou não responderam. Entre os respondentes que deram conta de não efetuarem descontos, 23,7% indicam estar em situação de desemprego, 17,3% afirmam ser por vontade do patrão e 15,1% não o fazem por vontade própria. Os restantes 43,9% sugerem outras razões.

A associação entre a realização de descontos para a Segurança Social e outras variáveis deu conta de várias relações significativas, nomeadamente com todas as variáveis de caracterização<sup>4</sup>. Observando as frequências das respostas, e face aos inquiridos que fazem descontos para a Segurança Social, conclui-se que os inquiridos que respondem negativamente à questão são sobretudo do sexo feminino, mais jovens e mais escolarizados (ver Quadro 5).

**Quadro 5a – Distribuição dos inquiridos por sexo, grupo etário e habilitações, segundo a prática de descontos para a Segurança Social**

		Faz descontos para a Segurança Social?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Sexo	Masculino	478	47,8%	74	35,1%	552	45,5%
	Feminino	523	52,2%	137	<b>64,9%</b>	660	54,5%
	Total	1001	100,0%	211	100,0%	1212	100,0%
Grupos etários	[20;24]	127	13,6%	44	<b>22,2%</b>	171	15,1%
	[25;29]	212	22,7%	45	22,7%	257	22,7%
	[30;34]	206	22,1%	42	21,2%	248	21,9%
	[35;39]	134	14,4%	24	12,1%	158	14,0%
	[40;44]	130	13,9%	21	10,6%	151	13,4%
	[45;49]	72	7,7%	10	5,1%	82	7,3%
	[50;54]	37	4,0%	5	2,5%	42	3,7%
	=>55	15	1,6%	7	3,5%	22	1,9%
Total	933	100,0%	198	100,0%	1131	100,0%	

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 5b – Distribuição dos inquiridos por sexo, grupo etário e habilitações, segundo a prática de descontos para a Segurança Social**

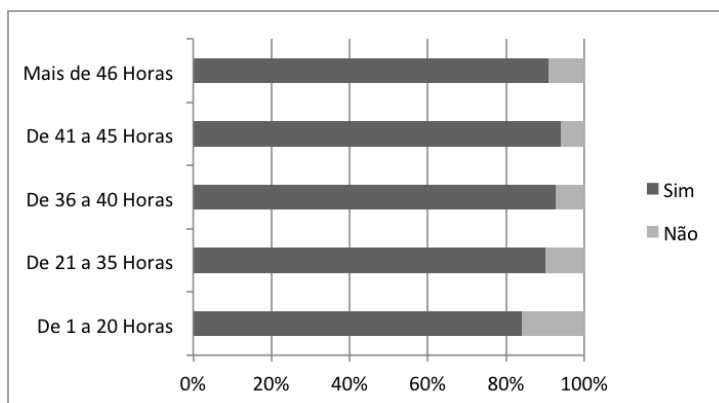
		Faz descontos para a Segurança Social?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Habilitações	Não Alfabetizado	4	0,4%	1	0,5%	5	0,4%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	54	5,4%	16	7,7%	70	5,8%
	Ensino Médio (9º Ano)	179	18,0%	39	18,7%	218	18,1%
	Ensino Médio (12º Ano)	531	53,3%	84	40,2%	615	51,0%
	Ensino Superior (Licenciatura)	130	13,1%	36	<b>17,2%</b>	166	13,8%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	45	4,5%	24	<b>11,5%</b>	69	5,7%
	Ensino Profissional e Tecnológico	38	3,8%	7	3,3%	45	3,7%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	3	0,3%	1	0,5%	4	0,3%
	Outras Habilitações	12	1,2%	1	0,5%	13	1,1%
	Total	996	100,0%	209	100,0%	1205	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Outras variáveis relevantes são a profissão e o sector de atividade (embora a sua relação com os descontos seja de intensidade fraca). Por grupos profissionais<sup>5</sup> é entre os Trabalhadores não qualificados que a ausência de descontos tem mais peso (15,7%), contrastando com o grupo dos Quadros (2,4%). De novo se confirma a transversalidade da segmentação laboral entre os imigrantes, com alguns (a maioria) inseridos em sectores fragilizados e outros (a minoria) em sectores protegidos. Por sector de atividade<sup>6</sup>, a ausência de descontos é mais expressiva nas Atividades pessoais, familiares e domésticas (18,4%) e na Construção (14,5%), sendo residual na Indústria (3,5%). Sabe-se que aqueles dois primeiros sectores, em conjunto com o comércio, são dos que mais recorrem à mão de obra imigrante, por envolverem trabalhos não deslocalizáveis (Phizacklea, 2005). A vulnerabilidade dos imigrantes nestas atividades confirma alguns dos motivos do seu recrutamento.

Também se verificou uma relação (de intensidade média) entre os descontos para a Segurança Social e a existência ou não de um contrato de trabalho<sup>7</sup>, bem como com o número de horas de trabalho semanais (neste caso de fraca intensidade)<sup>8</sup>. Como seria de esperar, os inquiridos sem contrato de trabalho tendem a não efetuar descontos em maior número do que aqueles que possuem um contrato (45,9% contra apenas 3,6%, respetivamente). Tendencialmente, quanto mais elevado for o número de horas de trabalho semanais, maior é a probabilidade de os indivíduos descontarem para a Segurança Social, embora essa tendência não se confirme no escalão mais elevado da carga horária: acima das 46 horas semanais, a percentagem da ausência de descontos aumenta ligeiramente (ver Figura 2).

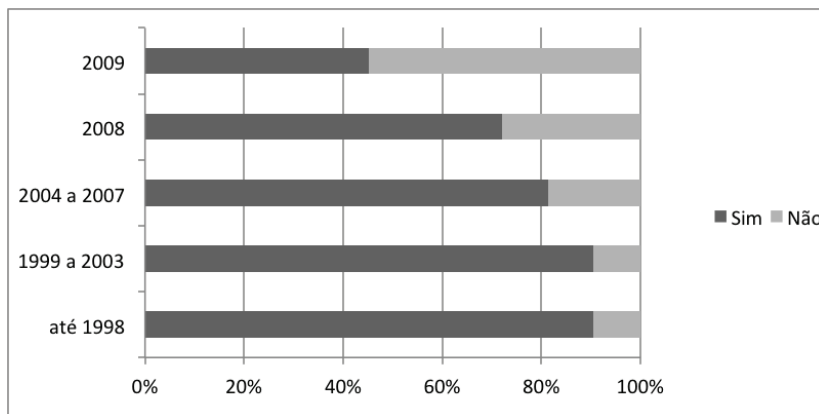
**Figura 2 – Distribuição das respostas à questão “Faz descontos para a Segurança Social?”, segundo o número médio de horas semanais de trabalho**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

É interessante notar ainda a influência do ano de chegada nesta variável<sup>9</sup>, no sentido em que a percentagem de realização de descontos é proporcional à longevidade da estadia em Portugal (ver Figura 3). As primeiras “vagas” de imigrantes encontram-se assim muito melhor inseridas no sistema de proteção social, comparativamente com o que sucede com as vagas mais recentes. A influência positiva do tempo de residência na trajetória social dos imigrantes foi, aliás, um dos resultados mais interessantes deste inquérito (Egreja e Peixoto, 2011).

**Figura 3 – Distribuição das respostas à questão “Faz descontos para a Segurança Social?”, segundo o ano de chegada a Portugal**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Uma outra questão incidia sobre o pagamento de imposto sobre o rendimento (IRS). A maioria dos inquiridos (entre os que deram uma resposta à questão) indicou realizar esse pagamento (79,1%), enquanto 20,9% afirmaram não o fazer. Entre estes últimos, 19% avançaram como justificação para o não pagamento a discordância do padrão, seguindo-se 16,4% que dão conta de estarem desempregados e 12,1% que não o farão por sua própria vontade. Mais de metade (52,6%) indicaram outras razões.

Identificou-se a existência de uma associação significativa entre o pagamento de IRS e a maioria das variáveis de caracterização<sup>10</sup>. Observando as frequências das respostas, conclui-se que os inquiridos que não pagam IRS são sobretudo do sexo feminino e a sua proporção é bastante superior entre quem tem menos de 24 anos. É interessante notar ainda que a proporção dos inquiridos que declaram não pagar IRS é mais expressiva em escalões habilitacionais bastante díspares: tanto nos menos qualificados, como nos mais qualificados (ver Quadro 6).

**Quadro 6 – Distribuição das respostas à questão “Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?”, segundo o sexo, grupo etário e habilitações**

		Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
<b>Sexo</b>	Masculino	450	48,7%	92	37,4%	542	46,3%
	Feminino	474	51,3%	154	<b>62,6%</b>	628	53,7%
	Total	924	100,0%	246	100,0%	1170	100,0%
<b>Grupos etários</b>	[20;24]	113	13,1%	47	<b>20,3%</b>	160	14,6%
	[25;29]	200	23,2%	53	22,8%	253	23,1%
	[30;34]	197	22,8%	47	20,3%	244	22,3%
	[35;39]	125	14,5%	26	11,2%	151	13,8%
	[40;44]	116	13,4%	27	11,6%	143	13,1%
	[45;49]	65	7,5%	16	6,9%	81	7,4%
	[50;54]	31	3,6%	10	4,3%	41	3,7%
	=>55	16	1,9%	6	2,6%	22	2,0%
	Total	863	100,0%	232	100,0%	1095	100,0%
<b>Habilitações</b>	Não Alfabetizado	4	0,4%	1	0,4%	5	0,4%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	51	5,5%	18	<b>7,4%</b>	69	5,9%
	Ensino Médio (9º Ano)	163	17,7%	49	<b>20,1%</b>	212	18,2%
	Ensino Médio (12º Ano)	488	53,0%	105	43,0%	593	50,9%
	Ensino Superior (Licenciatura)	122	13,2%	37	<b>15,2%</b>	159	13,6%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	43	4,7%	24	<b>9,8%</b>	67	5,8%
	Ensino Profissional e Tecnológico	38	4,1%	6	2,5%	44	3,8%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	4	0,4%	0	0,0%	4	0,3%
	Outras Habilitações	8	0,9%	4	1,6%	12	1,0%
	Total	921	100,0%	244	100,0%	1165	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Analisando a relação com a situação na profissão<sup>11</sup>, constata-se que é no grupo dos trabalhadores isolados que o não pagamento de IRS é mais expressivo (20,7%). Esta situação é também mais comum entre os inquiridos que não têm um contrato escrito relativamente ao emprego<sup>12</sup> (41,5%) e quando o empregador<sup>13</sup> é um patrão isolado (25,6%) (habitualmente famílias com empregados domésticos). A situação é menos comum quando trabalham numa grande empresa (4,9%).

**Quadro 7 – Distribuição das respostas à questão “Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?”, segundo o grupo profissional, sector de atividade e remunerações atuais**

		Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	77	12,6%	6	<b>5,9%</b>	83	11,7%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	311	51,1%	42	41,2%	353	49,6%
	Operários (GG7+GG8)	110	18,1%	18	17,6%	128	18,0%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	111	18,2%	36	<b>35,3%</b>	147	20,7%
	Total	609	100,0%	102	100,0%	711	100,0%
Sector de atividade atual	Indústria	49	7,0%	8	6,7%	57	7,0%
	Construção	94	13,4%	25	<b>21,0%</b>	119	14,5%
	Comércio	326	46,5%	41	34,5%	367	44,8%
	Atividades financeiras	40	5,7%	4	3,4%	44	5,4%
	Outras atividades de serviços	124	17,7%	18	15,1%	142	17,3%
	Atividades pessoais	68	9,7%	23	<b>19,3%</b>	91	11,1%
	Total	701	100,0%	119	100,0%	820	100,0%
Remunerações por Intervalos	[0;450]	72	10,2%	21	<b>17,4%</b>	93	11,3%
	[451;900]	415	58,9%	80	<b>66,1%</b>	495	59,9%
	[901;1350]	124	17,6%	16	13,2%	140	16,9%
	[1351;1800]	43	6,1%	1	0,8%	44	5,3%
	[1801;2250]	26	3,7%	3	2,5%	29	3,5%
	>=2251	25	3,5%	0	0,0%	25	3,0%
	Total	705	100,0%	121	100,0%	826	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009



Por grupos profissionais<sup>14</sup>, é entre os Trabalhadores não qualificados que a situação da ausência de descontos tem mais peso, contrastando com o grupo dos Quadros, ao compararmos com a distribuição dos inquiridos que efetuam o pagamento de IRS. Por sector de atividade<sup>15</sup>, a ausência de descontos é sobretudo mais expressiva na Construção e nas Atividades pessoais, familiares e domésticas. O rendimento<sup>16</sup> também parece ter alguma influência na decisão de pagar ou não IRS, visto que a proporção dos que respondem negativamente é superior nos escalões de rendimento inferiores a 900€ (ver Quadro 7).

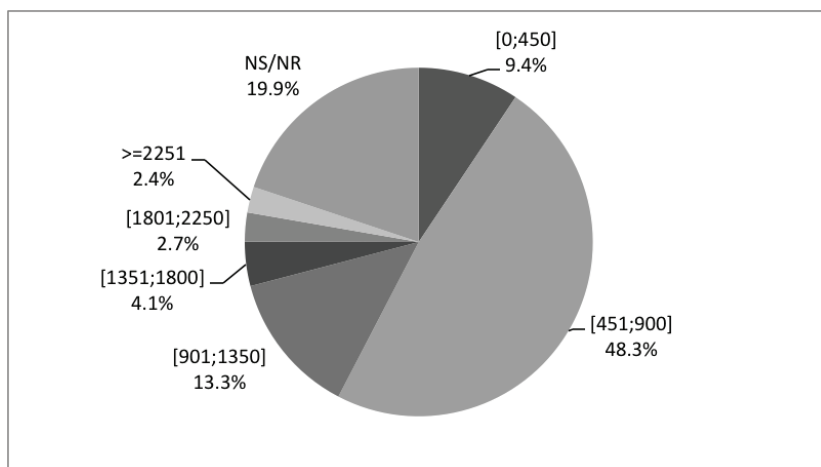
Por ano de chegada<sup>17</sup>, acontece o mesmo que se verificou relativamente à realização de descontos para a Segurança Social: a percentagem de pagamento de IRS é superior entre os imigrantes que chegaram há mais anos e vai decrescendo à medida que nos aproximamos da atualidade.

No fundo, a maior parte dos resultados são muito semelhantes aos obtidos para a variável relativa à Segurança Social, o que se compreende pelo facto de ambas as situações estarem estreitamente relacionadas<sup>18</sup>. Geralmente, quem efetua descontos para a Segurança Social também realiza o pagamento de IRS, e vice-versa. Apenas em 9,3% da totalidade dos casos se verifica uma das situações, mas não a outra. No entanto, percebe-se que a “fuga aos impostos” é mais frequente que a não contribuição para a Segurança Social.

#### *Níveis de rendimento*

Os imigrantes que exerciam atividade económica foram inquiridos sobre o rendimento que auferiam mensalmente em Portugal. Quando agrupados por intervalos, a maioria tem vencimentos cifrados entre 451 e 900 Euros (48,3%). Seguem-se 13,3% de inquiridos com vencimentos entre 901 e 1350 Euros. Por outro lado, 9,4% dos inquiridos tem vencimentos até ao valor do salário mínimo português à data do inquérito, ou seja, até um montante de 450 Euros. Apenas 2,4% dos inquiridos indicaram vencimentos acima dos 2250 Euros (escalão máximo do inquérito). Quase um quinto dos inquiridos não sabem quantificar o seu rendimento, ou escusaram-se a responder – e esta categoria será excluída das restantes análises (ver Figura 4).

**Figura 4 – Escalões atuais de rendimento dos imigrantes brasileiros**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

O rendimento é bastante sensível a uma série de variáveis, começando pelas de caracterização – sexo, escalão etário e habilitações.<sup>19</sup> Em média, os homens auferem mais do que as mulheres, o que parece apontar para a situação de maior discriminação destas últimas (Padilla, 2007; Casaca e Peixoto, 2010). Os salários mais elevados encontram-se bastante distribuídos pelos vários grupos etários; no entanto, os mais jovens têm um peso muito superior entre as remunerações mais baixas. Sabe-se que são, também, os jovens os que mais problemas enfrentam em mercados de trabalho como o português (Kovács e Casaca, 2010). As remunerações tendem ainda a ser proporcionais às habilitações (ver Quadro 8).

**Quadro 8 – Remunerações dos imigrantes brasileiros segundo o sexo, o grupo etário e as habilitações**

		Remunerações por Intervalos											
		[0;450]		[451;900]		[901;1350]		[1351;1800]		[1801;2250]		>=2251	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	M	37	35,9%	220	42,1%	101	<b>69,7%</b>	29	<b>64,4%</b>	22	<b>75,9%</b>	17	65,4%
	F	66	<b>64,1%</b>	303	<b>57,9%</b>	44	30,3%	16	35,6%	7	24,1%	9	34,6%
	Total	103	100,0%	523	100,0%	145	100,0%	45	100,0%	29	100,0%	26	100,0%
Idade	[20;24]	19	<b>20,2%</b>	84	<b>16,8%</b>	16	11,5%	4	9,1%	1	3,7%	1	3,8%
	[25;29]	27	<b>28,7%</b>	135	<b>27,1%</b>	32	<b>23,0%</b>	7	15,9%	2	7,4%	6	<b>23,1%</b>
	[30;34]	24	25,5%	106	21,2%	27	19,4%	9	20,5%	8	29,6%	5	19,2%
	[35;39]	8	8,5%	64	12,8%	23	<b>16,5%</b>	9	<b>20,5%</b>	4	14,8%	9	<b>34,6%</b>
	[40;44]	8	8,5%	68	13,6%	16	11,5%	10	<b>22,7%</b>	5	<b>18,5%</b>	1	3,8%
	[45;49]	3	3,2%	25	5,0%	14	10,1%	4	9,1%	5	<b>18,5%</b>	2	7,7%
	[50;54]	4	4,3%	12	2,4%	7	5,0%	1	2,3%	1	3,7%	2	7,7%
	=>55	1	1,1%	5	1,0%	4	2,9%	0	,0%	1	3,7%	0	,0%
Total	94	100,0%	499	100,0%	139	100,0%	44	100,0%	27	100,0%	26	100,0%	
Habilitações	Não Alfab.	1	1,0%	0	,0%	2	1,4%	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	E.Fund./5º	7	6,9%	28	5,4%	10	7,0%	1	2,2%	2	6,9%	1	3,8%
	E.Médio/9º	15	<b>14,9%</b>	87	<b>16,7%</b>	27	19,0%	10	22,2%	6	20,7%	4	15,4%
	E.Médio/12º	56	<b>55,4%</b>	305	<b>58,4%</b>	72	50,7%	16	35,6%	11	37,9%	9	34,6%
	E.Sup./Lic.	8	7,9%	51	9,8%	21	14,8%	13	28,9%	5	<b>17,2%</b>	8	<b>30,8%</b>
	PG, Mest., Dout.	4	4,0%	16	3,1%	5	3,5%	3	6,7%	4	<b>13,8%</b>	4	<b>15,4%</b>
	E.Prof.Tec.	9	8,9%	23	4,4%	2	1,4%	1	2,2%	1	3,4%	0	,0%
	Alf.Ed.J.A.	0	,0%	3	,6%	0	,0%	1	2,2%	0	,0%	0	,0%
	Outras hab.	1	1,0%	9	1,7%	3	2,1%	0	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	101	100,0%	522	100,0%	142	100,0%	45	100,0%	29	100,0%	26	100,0%	

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 9 – Remunerações dos imigrantes brasileiros segundo a situação na profissão, o grupo profissional e o sector de atividade, atualmente**

		Remunerações por Intervalos												
		[0;450]		[451;900]		[901;1350]		[1351;1800]		[1801;2250]		>=2251		Total (100%)
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Situação na profissão atual	TPCO (numa empresa)	70	11,4%	400	65,1%	104	16,9%	22	3,6%	9	1,5%	9	1,5%	614
	Empregador	3	7,5%	12	30,0%	5	12,5%	7	17,5%	7	17,5%	6	15,0%	40
	Isolado	13	11,5%	46	40,7%	25	22,1%	12	10,6%	9	8,0%	8	7,1%	113
	Total	86	11,2%	458	59,7%	134	17,5%	41	5,3%	25	3,3%	23	3,0%	767
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	5	7,0%	21	29,6%	12	16,9%	11	15,5%	12	16,9%	10	14,1%	71
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	33	9,9%	215	64,4%	50	15,0%	20	6,0%	7	2,1%	9	2,7%	334
	Operários (GG7+GG8)	8	6,5%	59	48,0%	44	35,8%	5	4,1%	5	4,1%	2	1,6%	123
	TNQ (GG9)	27	19,0%	99	69,7%	12	8,5%	3	2,1%	1	,7%	0	,0%	142
	Total	73	10,9%	394	58,8%	118	17,6%	39	5,8%	25	3,7%	21	3,1%	670
Sector de atividade atual	Indústria	6	11,5%	30	57,7%	8	15,4%	3	5,8%	2	3,8%	3	5,8%	52
	Construção	7	6,3%	61	54,5%	36	32,1%	4	3,6%	3	2,7%	1	,9%	112
	Comércio	37	11,3%	218	66,7%	46	14,1%	14	4,3%	10	3,1%	2	,6%	327
	Atividades financeiras	3	6,8%	22	50,0%	8	18,2%	6	13,6%	1	2,3%	4	9,1%	44
	Outras atividades dos serviços	12	9,2%	71	54,6%	21	16,2%	10	7,7%	10	7,7%	6	4,6%	130
	Atividades pessoais	21	23,6%	57	64,0%	6	6,7%	2	2,2%	1	1,1%	2	2,2%	89
	Total	86	11,4%	459	60,9%	125	16,6%	39	5,2%	27	3,6%	18	2,4%	754

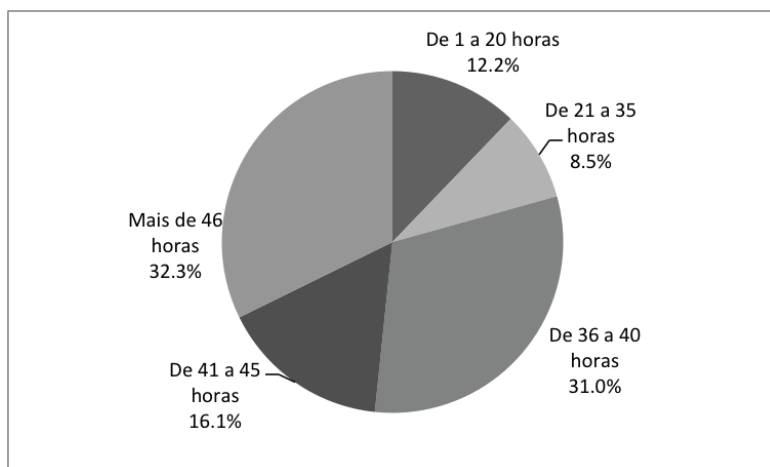
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A situação na profissão, grupo profissional e sector de atividade são também variáveis que influenciam o rendimento atual<sup>20</sup>. Face ao primeiro aspeto<sup>21</sup>, os empregadores são os mais bem remunerados, contrastando com os trabalhadores por conta de outrem. Como seria de esperar, os indivíduos do grupo profissional<sup>22</sup> mais qualificado (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) tendem a auferir os salários mais elevados, verificando-se o oposto entre os Trabalhadores não qualificados. Os Operários são o grupo mais heterogéneo a este nível. Por sectores,<sup>23</sup> os indivíduos que se inserem nas Atividades pessoais, familiares e domésticas são os que auferem rendimentos mais baixos. No sector das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, os salários são tendencialmente os mais elevados. No Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, onde se emprega a maior parte dos imigrantes, os salários concentram-se sobretudo no escalão 450-900 Euros (ver Quadro 9).

#### *Horas de trabalho semanais*

Quando inquiridos sobre o número de horas que trabalham semanalmente, a maioria dá conta de trabalhar mais de 46 horas (32,3%), ou então, de 36 a 40 horas (31%). Uma minoria (8,5%) trabalha entre 21 e 35 horas e 12,2% trabalham a tempo parcial, até 20 horas por semana (ver Figura 5).

**Figura 5 – Número de horas de trabalho semanais, em média, dos imigrantes brasileiros**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Existe uma associação significativa entre o número de horas de trabalho semanais e uma série de outras variáveis. Começando pelas de caracterização, verifica-se que os homens trabalham, em média, mais horas do que as mulheres<sup>24</sup>. A idade não é um fator significativo, mas no que concerne às habilitações<sup>25</sup>, os dados parecem indicar uma ligeira tendência para que, quanto mais qualificados sejam os imigrantes, menos horas semanais trabalhem, e vice-versa.

As horas de trabalho semanais estão também relacionadas com as variáveis relativas à atividade profissional. Começando por analisar a situação na profissão<sup>26</sup>, são os empregadores que afirmam trabalhar durante mais horas semanais, em média, e os trabalhadores isolados, menos – isto, se tivermos em atenção apenas os três grupos com maior expressão numérica (ver Quadro 10).

**Quadro 10 – Número de horas de trabalho semanais, em média, segundo a situação na profissão**

			Quantas horas trabalha, em média, por semana?					Total
			De 1 a 20 Horas	De 21 a 35 Horas	De 36 a 40 Horas	De 41 a 45 Horas	Mais de 46 Horas	
Situação na profissão atual	TPCO (funcionário público)	n	2	4	4	0	2	12
		%	16,7%	33,3%	33,3%	,0%	16,7%	100,0%
	TPCO (numa empresa)	n	58	43	230	128	212	671
		%	8,6%	6,4%	34,3%	19,1%	31,6%	100,0%
	Empregador	n	5	3	10	3	23	44
		%	11,4%	6,8%	22,7%	6,8%	<b>52,3%</b>	100,0%
	Isolado	n	27	20	26	13	41	127
		%	<b>21,3%</b>	<b>15,7%</b>	20,5%	10,2%	32,3%	100,0%
	Outro	n	8	5	4	4	6	27
		%	29,6%	18,5%	14,8%	14,8%	22,2%	100,0%
	Total	n	100	75	274	148	284	881
		%	11,4%	8,5%	31,1%	16,8%	32,2%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A relação com a profissão<sup>27</sup> mostra que o grupo dos Operários é o que trabalha mais horas por semana (60,6%, acima de 40 horas). Comparativamente, os Trabalhadores não qualificados trabalham o menor número de horas semanais, embora os Quadros e Técnicos também tenham algum peso nos dois escalões inferiores. Entre sectores de atividade, as diferenças são mais acentuadas<sup>28</sup>. Os mais sobrecarregados são, claramente, os que trabalham no sector da Construção ou do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, por contraste com os trabalhadores das Atividades pessoais, familiares e domésticas e das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares (ver Quadro 11).

**Quadro 11a – Número médio de horas de trabalho semanais, segundo o grupo profissional e sector de atividade**

		Quantas horas trabalha, em média, por semana?										Total
		De 1 a 20 Horas		De 21 a 35 Horas		De 36 a 40 Horas		De 41 a 45 Horas		Mais de 46 Horas		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N 100,0%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	7	<b>8,9%</b>	9	<b>11,4%</b>	29	36,7%	10	12,7%	24	30,4%	79
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	38	<b>10,7%</b>	36	<b>10,1%</b>	111	31,3%	57	16,1%	113	31,8%	355
	Operários (GG7+GG8)	4	3,0%	5	3,8%	43	32,6%	32	<b>24,2%</b>	48	<b>36,4%</b>	132
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	23	<b>15,1%</b>	12	7,9%	44	28,9%	21	13,8%	52	34,2%	152
	Total	72	10,0%	62	8,6%	227	31,6%	120	16,7%	237	33,0%	718

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 11b – Número médio de horas de trabalho semanais, segundo o grupo profissional e sector de atividade**

		Quantas horas trabalha, em média, por semana?										Total
		De 1 a 20 Horas		De 21 a 35 Horas		De 36 a 40 Horas		De 41 a 45 Horas		Mais de 46 Horas		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N 100,0%
Sector de atividade atual	Indústria	4	7,4%	3	5,6%	25	46,3%	6	11,1%	16	29,6%	54
	Construção	8	6,4%	3	2,4%	28	22,4%	32	<b>25,6%</b>	54	<b>43,2%</b>	125
	Comércio	37	10,2%	13	3,6%	115	31,9%	59	<b>16,3%</b>	137	<b>38,0%</b>	361
	Atividades financeiras	4	8,9%	12	26,7%	16	35,6%	5	11,1%	8	17,8%	45
	Outras at. serviços	18	13,0%	20	14,5%	47	34,1%	20	14,5%	33	23,9%	138
	Atividades pessoais	28	<b>27,7%</b>	13	12,9%	22	21,8%	13	12,9%	25	24,8%	101
	Total	99	12,0%	64	7,8%	253	30,7%	135	16,4%	273	33,1%	824

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

As horas de trabalho semanais variam ainda, de forma estatisticamente significativa<sup>29</sup>, de acordo com o tipo de empregador. Os inquiridos tendem a trabalhar um maior número de horas em empresas médias ou de pequena dimensão, ou para um empregador isolado. Por outro lado, registam um número de horas inferior trabalhando por conta própria (ver Quadro 12).



**Quadro 12 – Número de horas de trabalho semanais, em média, segundo o tipo de empregador**

			Quantas horas trabalha, em média, por semana?					Total
			De 1 a 20 Horas	De 21 a 35 Horas	De 36 a 40 Horas	De 41 a 45 Horas	Mais de 46 Horas	
O seu empregador atual é...	Pequena empresa (1 a 5 trabalhadores)	n	31	11	73	35	82	232
		%	13,4%	4,7%	31,5%	15,1%	<b>35,3%</b>	100,0%
	Empresa média (6 a 99 trabalhadores)	n	26	24	97	60	123	330
		%	7,9%	7,3%	29,4%	18,2%	<b>37,3%</b>	100,0%
	Grande empresa (mais de 100 trabalhadores)	n	15	20	81	26	37	179
		%	8,4%	11,2%	45,3%	14,5%	20,7%	100,0%
	Empresa de trabalho temporário	n	1	1	7	4	1	14
		%	7,1%	7,1%	50,0%	28,6%	7,1%	100,0%
	Sub-empregado	n	2	1	3	2	2	10
		%	20,0%	10,0%	30,0%	20,0%	20,0%	100,0%
	Empregador isolado (um patrão / uma patroa)	n	16	11	17	12	32	88
		%	18,2%	12,5%	19,3%	13,6%	<b>36,4%</b>	100,0%
	Trabalha por conta própria	n	17	9	12	9	24	71
		%	<b>23,9%</b>	<b>12,7%</b>	16,9%	12,7%	33,8%	100,0%
Total		n	108	77	290	148	301	924
		%	11,7%	8,3%	31,4%	16,0%	32,6%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Existe ainda uma relação de grande reciprocidade entre o número de horas semanais de trabalho, duração do contrato e remuneração (tomando por base as respostas dadas por trabalhadores por conta de outrem). Os inquiridos que se situam nos escalões superiores de rendimento apresentam, na maioria, condições laborais bastante aliantes: têm contratos permanentes ou de duração superior a um ano,

e a sua carga horária é inferior a 40 horas semanais. Em situação oposta, nos escalões inferiores de rendimento, a maioria dos inquiridos trabalha acima de 36 horas semanais e apresenta contratos de trabalho precários, de duração inferior a um ano. A segmentação do mercado de trabalho, que costuma separar nativos de imigrantes, parece afinal dividir os últimos (e certamente também os primeiros). Alguns dos imigrantes brasileiros – em particular os das primeiras “vagas” – ocupam já posições nos segmentos mais privilegiados, por contraposição a uma maioria dos imigrantes mais recentes (Peixoto e Figueiredo, 2007).

Após estes resultados, de forma a calcular a proporção de imigrantes brasileiros que se concentram nos segmentos com maior precariedade (indivíduos com condições laborais muito negativas), efetuaram-se novos cruzamentos. Verificou-se, assim, que a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com contratos precários (de 3 a 12 meses), que trabalham longas horas (acima de 40 horas semanais) e ainda assim têm remunerações abaixo dos 900€, chega aos 23,3%. Isto é, quase um quarto dos imigrantes brasileiros está sujeito a condições de trabalho muito precárias e mal pagas. A estes ainda se poderiam adicionar outros que trabalham sem contrato ou não possuem proteção social, o que permitiria que a proporção chegasse a quase 1/3 do total.

## **Desemprego**

A maior vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos imigrantes brasileiros ao desemprego é conhecida. As suas taxas de desemprego, masculinas e femininas, são habitualmente superiores às da população portuguesa (OCDE, 2008). Este facto confirma o seu posicionamento nos segmentos mais precários do mercado de trabalho, nomeadamente a sujeição a relações laborais precárias e a ocupação de postos de natureza sazonal. A maior vulnerabilidade ao desemprego, existente em tempos de expansão, torna-se muito mais aguda em tempos de recessão (Peixoto e Iorio, 2011). Em 2009, ano de realização do inquérito que serve de base a este texto, a taxa de desemprego nacional era de 9,5% e a dos estrangeiros provenientes de países exteriores à UE de 17,3%<sup>30</sup>. Os números de desempregados registados nos centros de emprego revelavam também um aumento muito forte da população de nacionalidade estrangeira, apresentando os brasileiros uma clara preponderância (28,5% do total de estrangeiros em 2009).<sup>31</sup> Os valores da taxa de desemprego captados pelo atual inquérito (proporção de desempregados entre os economicamente ativos inquiridos) atingiam 17,7%, o que, face à taxa de desemprego registada pelo INE para a população extracomunitária, lhe confere alguma robustez.

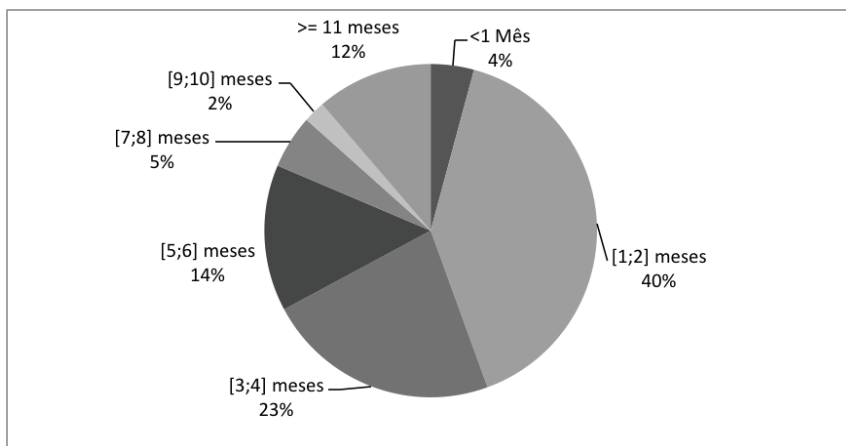
### *Análise da situação de desemprego no percurso dos imigrantes em Portugal*

Os dados do inquérito aos imigrantes brasileiros confirmam que estes se encontram bastante vulneráveis ao desemprego, uma vez que essa foi uma situação vivida em Portugal por 56,9% dos inquiridos que forneceram uma resposta à questão<sup>32</sup>.

Procurando identificar a existência de uma associação entre a situação de desemprego em algum momento do processo migratório e outras variáveis, constatou-se uma relação significativa com o tipo de visto de entrada – porém, de fraca intensidade<sup>33</sup>. Observando as frequências das respostas, conclui-se que a maioria dos inquiridos que entraram em Portugal com visto de trabalho (56,6%), passaporte / BI português ou de outro país da UE (62,5%), ou ainda com um outro tipo de documento não explicitado (68,8%), nunca estiveram desempregados em Portugal. Por outro lado, características como o género, a idade, o grau de habilitações ou os anos de chegada não parecem ser influentes no sentido de evitar essa ocorrência no percurso dos imigrantes, e tão pouco o grupo profissional em que se inseriam no Brasil.

Para os respondentes que deram conta de em algum momento terem vivido uma situação de desemprego, colocou-se a questão da sua duração (em meses). As respostas foram posteriormente agrupadas em sete intervalos, para uma melhor leitura dos dados. Para a maioria, esta fase foi de curta duração: 40,2% precisaram de entre um a dois meses para encontrarem novo trabalho e 4,2% indicaram ter estado em situação de desemprego por menos de um mês. Por outro lado, uma fração considerável dos inquiridos esteve desempregada durante mais de 6 meses (18,6%) (ver Figura 6). Estes dados confirmam a relativa facilidade de acesso ao emprego por parte dos imigrantes, depois de um período de desemprego, embora maioritariamente numa situação de precariedade – o que sugere uma elevada rotação entre postos de trabalho.

**Figura 6 – Duração média da situação de desemprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal**



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

O cruzamento da duração do desemprego com outras variáveis revelou algumas relações estatisticamente significativas. Verifica-se, nomeadamente, que as mulheres referem uma duração de desemprego superior, em média, à dos homens<sup>34</sup>. Como tem sido divulgado pelos estudos disponíveis (ver Padilla, 2007 e Peixoto e Figueiredo, 2007, entre outros), estes dados confirmam a maior vulnerabilidade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho.

**Quadro 13 – Duração média da situação de desemprego, segundo o tipo de contactos em Portugal prévios à vinda dos imigrantes brasileiros**

			Tempo de desemprego - intervalos							Total
			<1 Mês	[1;2] Meses	[3;4] Meses	[5;6] Meses	[7;8] Meses	[9;10] Meses	>= 11 Meses	
Possuía alguns contactos em Portugal antes da sua partida do Brasil? De que tipo?	Familiares em Portugal	N	9	66	43	29	9	7	33	196
		%	4,6%	33,7%	21,9%	14,8%	4,6%	3,6%	<b>16,8%</b>	100,0%
	Outros brasileiros	N	5	44	30	12	3	0	3	97
		%	<b>5,2%</b>	<b>45,4%</b>	<b>30,9%</b>	12,4%	3,1%	,0%	3,1%	100,0%
	Colegas / Sócios / Amigos	N	5	54	22	11	9	1	9	111
		%	4,5%	<b>48,6%</b>	19,8%	9,9%	8,1%	,9%	8,1%	100,0%
	Não possuía nenhum contacto	N	2	27	18	16	4	1	12	80
		%	2,5%	33,8%	22,5%	20,0%	5,0%	1,3%	<b>15,0%</b>	100,0%
	Outros contactos em Portugal	N	0	3	4	4	1	2	1	15
		%	0,0%	20,0%	26,7%	26,7%	6,7%	13,3%	6,7%	100,0%
Total	N	21	194	117	72	26	11	58	499	
	%	4,2%	38,9%	23,4%	14,4%	5,2%	2,2%	11,6%	100,0%	

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Também o tipo de contactos prévios à vinda para Portugal (ou a sua ausência) parece ter uma influência estatisticamente significativa face à duração do desemprego<sup>35</sup>. Se não considerarmos os contactos de “outro tipo”, devido à sua falta de expressão

numérica, verificamos que a duração média do desemprego é superior entre os inquiridos que não tinham quaisquer contactos prévios em Portugal, ou que tinham familiares a residir neste país. Por outro lado, a duração do desemprego provou ser menor entre os que conheciam outros brasileiros já residentes em Portugal – o que é interessante, visto que nesta categoria estão ausentes familiares e colegas / sócios / amigos (ver Quadro 13).

### *Análise da situação de desemprego atual entre os imigrantes brasileiros*

Neste ponto analisar-se-ão em maior profundidade as diferenças existentes entre os imigrantes ativos que exercem uma profissão e os que declaram estar desempregados no momento da aplicação do inquérito. A taxa de desemprego dos inquiridos superava então os 17%, valor cujo volume se explica por o inquérito ter sido aplicado em plena conjuntura de recessão. O principal objetivo é encontrar variáveis predictoras da vulnerabilidade ao desemprego. A análise anterior sobre a situação de desemprego em qualquer momento do percurso em Portugal permitiu-nos tirar poucas conclusões a esse respeito. Executando as mesmas análises mas centrando-as apenas nos imigrantes ativos no presente, os resultados são um pouco mais elucidativos das diferenças entre empregados e desempregados, ainda que, novamente, a idade e as habilitações pareçam não ter qualquer influência na situação. Face ao tipo de visto, este já não aparenta qualquer relação com o desemprego atual.

Por género<sup>36</sup>, existe uma grande igualdade entre quem exerce uma profissão; no entanto, as mulheres estão mais presentes no grupo dos desempregados do que os homens (62,4% contra 37,6%). De acordo com o estatuto legal de permanência, é interessante verificar que, mesmo entre os que não têm qualquer tipo de autorização de residência, a taxa de empregabilidade é elevada, situando-se nos 76,4%.

No entanto, por ano de chegada a Portugal as diferenças são agora mais evidentes<sup>37</sup>. A proporção de desempregados é menor entre os que chegaram até 1998 e maior entre os que vieram no último ano. Parece haver uma tendência para que a taxa de emprego aumente com o número de anos de estadia em Portugal, a par da diminuição do desemprego (ver Quadro 14). Ou seja, o fator temporal pode ser aqui importante a dois níveis: por um lado, quanto mais tempo tiver passado, maior é a probabilidade de se encontrar emprego; por outro, a crise económica que se tem vindo a sentir nos últimos anos torna mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

**Quadro 14 – Situação de emprego / desemprego atual dos imigrantes brasileiros, segundo o ano de chegada a Portugal**

			Ativos		Total
			Desempregado	Exerce uma profissão	
Anos de chegada	até 1998	Nº de casos	5	41	46
		%	10,9%	89,1%	100,0%
	1999 a 2003	Nº de casos	52	243	295
		%	17,6%	82,4%	100,0%
	2004 a 2007	Nº de casos	69	408	477
		%	14,5%	85,5%	100,0%
	2008	Nº de casos	28	115	143
		%	19,6%	80,4%	100,0%
	2009	Nº de casos	17	15	32
		%	<b>53,1%</b>	46,9%	100,0%
Total		Nº de casos	171	822	993
		%	17,2%	82,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Por fim, o grupo profissional à chegada<sup>38</sup> e o sector de atividade à chegada<sup>39</sup> (dados relativos às primeiras inserções profissionais em Portugal) parecem ter alguma influência na empregabilidade atual dos indivíduos. Apenas 5,1% dos inquiridos que se inseriram no grupo dos Quadros superiores, dirigentes e especialistas à chegada é que, atualmente, se encontram desempregados, contrastando com 21,6% dos Operários e 17,4% dos Trabalhadores não qualificados. A entrada no mercado pela via desqualificada é um preditor de maior vulnerabilidade laboral futura.

Por sectores, o que apresenta uma menor taxa de desemprego atualmente é o das Outras atividades de serviços (8,5%). Em contraste, o sector da Construção apresenta uma taxa de desemprego de 23% e o das Atividades pessoais, familiares e domésticas de 20,9%, podendo ser interpretados como os sectores económicos de maior vulnerabilidade ao desemprego (ver Quadro 15).

**Quadro 15 – Situação de emprego / desemprego atual dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional e sector de atividade à chegada**

		Ativos				Total N (100,0%)
		Desempregado		Exerce uma profissão		
		n	%	n	%	
Grupo profissional à chegada	Quadros (GG1+GG2)	2	<b>5,1%</b>	37	94,9%	39
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	47	11,4%	364	88,6%	411
	Operários (GG7+GG8)	36	<b>21,6%</b>	131	78,4%	167
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	42	<b>17,4%</b>	199	82,6%	241
Sector de atividade à chegada	Indústria	8	13,8%	50	86,2%	58
	Construção	45	<b>23,0%</b>	151	77,0%	196
	Comércio	53	13,0%	356	87,0%	409
	Atividades financeiras	5	10,0%	45	90,0%	50
	Outras atividades de serviços	11	8,5%	119	91,5%	130
	Atividades pessoais	29	<b>20,9%</b>	110	79,1%	139

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

## Conclusão

Os dados apresentados neste texto permitem estabelecer algumas conclusões em relação aos padrões de flexibilidade e precariedade laboral que afetam os imigrantes brasileiros em Portugal. Em primeiro lugar, as remunerações são baixas. Perto de metade (48,3%) dos imigrantes auferiam rendimentos mensais situados entre os 450 e os 900 Euros, aos quais se juntavam 9,4% que recebiam abaixo do salário mínimo (na altura do inquérito). Os salários mais baixos diziam sobretudo respeito a mulheres, jovens, detentores de fracas habilitações literárias, Trabalhadores não qualificados e indivíduos empregados em Atividades pessoais, familiares e domésticas.

Em segundo lugar, a incidência do trabalho sem contrato é significativa e, quando existem contratos, predominam os de curta duração. Cerca de 7% dos imigrantes inquiridos declararam trabalhar sem contrato escrito, o que é sobretudo frequen-

te entre os que trabalham em pequenas empresas e empregadores isolados, bem como nos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção. Por seu lado, perto de metade (48,7%) dos inquiridos com contrato de trabalho apresentavam vínculos com uma duração entre 3 a 12 meses. Esta situação é mais frequente entre os Trabalhadores não qualificados, aqueles que trabalham nos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção e os imigrantes mais recentes (entrados em Portugal entre 2004 e 2008).

Em terceiro lugar, o não pagamento de contribuições para a Segurança Social e imposto sobre o rendimento (IRS) afeta um grupo significativo de trabalhadores. A ausência de contribuições para a Segurança Social dizia respeito a 15,2% dos inquiridos, sobretudo os Trabalhadores não qualificados, os empregados nos sectores das Atividades pessoais, familiares e domésticas e Construção e os imigrantes recentes. O não pagamento de imposto sobre o rendimento (IRS) foi declarado por 20,9% dos inquiridos, sobretudo os Trabalhadores não qualificados, os empregados nos sectores agora referenciados, os que trabalham para empregadores isolados ou que são trabalhadores isolados, os que auferem baixos salários (até 900 Euros) e os imigrantes recentes.

Em quarto lugar, os imigrantes brasileiros trabalham, na maior parte dos casos, extensas horas por semana. A maioria, perto de 1/3, declarou trabalhar mais de 46 horas por semana. Se lhes juntarmos os 16% que trabalhavam entre 41 a 45 horas, teremos cerca de metade com longas semanas de trabalho. Esta situação atinge sobretudo os imigrantes ligados aos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção, e os que trabalham em pequenas e médias empresas.

Em quinto lugar, o desemprego é uma realidade comum na vida destes imigrantes. Mais de metade (56,9%) já conheceu algum episódio de desemprego durante o trajeto migratório em Portugal. À data do inquérito – realizado em plena conjuntura de recessão económica – mais de 17% estavam desempregados. Ainda assim, muito deste desemprego tem sido de curta duração, pois uma maioria de 40,2% dos imigrantes admitiu ter precisado de apenas entre um a dois meses para encontrar novo trabalho (embora estes números se refiram a todo o período migratório e não apenas à recente conjuntura recessiva). Existe, assim, vulnerabilidade ao desemprego, mas também fácil acesso e grande rotação entre empregos.

As variáveis mais ligadas ao desemprego não foram fáceis de determinar. Ainda assim, as situações de desemprego parecem afetar mais as mulheres do que os homens, os imigrantes mais recentes e, sobretudo na conjuntura atual, os ligados a Atividades pessoais, familiares e domésticas e Construção. A idade e as habilitações literárias não apresentaram relação significativa com o desemprego. Foi ainda de-



terminado que a entrada em Portugal pela via desqualificada – obtenção de emprego como Operário ou Trabalhador não qualificado – é um preditor de maior desemprego futuro.

Em síntese, muitos dos imigrantes brasileiros são afetados pela flexibilização e precarização das relações laborais. A estimativa que realizámos para as situações de mais forte precariedade (contratos precários, trabalho de mais de 40 horas por semana e remuneração inferior a 900 Euros) reúne 23,3% dos brasileiros. Se lhes juntarmos os que trabalham sem contrato ou não usufruem de proteção social, a proporção pode chegar a 1/3. O facto de muitos deles ocuparem em Portugal posições de Trabalhadores não qualificados; de uma clara maioria se empregar nos sectores onde a fragilidade laboral é comum (Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, Construção e Atividades pessoais, familiares e domésticas); e de a maioria estar ligada a pequenas e médias empresas e a empregadores isolados – reforça a sua vulnerabilidade.

Apesar de não terem sido examinados dados comparativos para todas as variáveis, que permitam relacionar o posicionamento dos imigrantes brasileiros com o dos trabalhadores nativos e outros imigrantes, fica bem demonstrada a sua grande fragilidade laboral. Em muitos casos, esta é superior à média do país, confirmando a maior exposição dos imigrantes brasileiros a estes riscos laborais. As inserções mais precárias acontecem em profissões pouco qualificadas, ligadas aos sectores de atividade onde o trabalho imigrante é mais comum e a pequenas e médias empresas; e, embora nem sempre de forma regular, afetam sobretudo mulheres, jovens e imigrantes mais recentes.

Mas se o acentuar da segmentação do mercado de trabalho português pela via da imigração é uma evidência, não deixa também de ser verdade que alguns dos imigrantes se posicionam em trabalhos mais qualificados e detêm condições de trabalho aliciantes. Parte desta inserção resulta de uma imigração mais duradoura em Portugal, o que sugere que, com o aumento do tempo de residência, aumentam as oportunidades de mobilidade social. É ainda relevante que a mesma segmentação que divide os trabalhadores nativos dos imigrantes separa, também, estas categorias internamente: assim como muitos portugueses são afetados pela precariedade, também os imigrantes brasileiros se dispersam – embora de forma desigual – pelos segmentos mais e menos favorecidos do mercado de trabalho.

## Notas

<sup>1</sup> Este texto resulta do projeto de investigação “Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal”, realizado entre 2008 e 2010 por uma equipa que integrou elementos do SOCIUS, CIES/ISCTE-IUL e CES/Universidade de Coimbra, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SDE/68903/2006). Os autores agradecem os contributos da restante equipa de investigação (Beatriz Padilla, Filipa Palma, Thais França, José Carlos Marques e Pedro Góis). O texto é dedicado à memória de Maria Ioannis Baganha, que iniciou mas não chegou a concluir o projeto.

<sup>2</sup> O inquérito foi sobretudo aplicado por cidadãos brasileiros, que para o efeito procuraram os imigrantes em locais públicos, como consulados e associações de imigrantes. O facto de nesses locais estarem mais representados imigrantes recentes levou a uma maior inquirição relativa deste segmento.

<sup>3</sup> Em 2009, segundo as Estatísticas do Emprego do INE, os trabalhadores por conta de outrem com um contrato de trabalho sem termo atingiam os 78%, enquanto os que detinham um contrato com termo perfaziam 18% (fonte: INE, Estatísticas do Emprego, [www.ine.pt](http://www.ine.pt), cálculos dos autores).

<sup>4</sup> No que diz respeito às variáveis demográficas, a intensidade da relação é fraca. Sexo:  $\chi^2(1) = 11,299$ ;  $p=0,001$ ;  $\Phi = 0,097$ ; Grupo etário:  $\chi^2(8) = 22,139$ ;  $p=0,005$ ; V de Cramer = 0,139; Habilitações:  $\chi^2(4) = 24,005$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,145.

<sup>5</sup>  $\chi^2(3) = 12,597$ ;  $p=0,006$ ; V de Cramer = 0,132

<sup>6</sup>  $\chi^2(5) = 18,891$ ;  $p=0,002$ ; V de Cramer = 0,150

<sup>7</sup>  $\chi^2(1) = 243,191$ ;  $p=0,000$ ;  $\Phi = 0,499$

<sup>8</sup>  $\chi^2(4) = 9,853$ ;  $p=0,043$ ; V de Cramer = 0,102

<sup>9</sup>  $\chi^2(4) = 55,905$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,232

<sup>10</sup> Relação moderadamente fraca com o estatuto de permanência em Portugal, sendo fraca nos restantes casos. Sexo:  $\chi^2(1) = 9,982$ ;  $p=0,001$ ;  $\Phi = 0,092$ ; Grupo etário:  $\chi^2(8) = 18,207$ ;  $p=0,020$ ; V de Cramer = 0,128; Habilitações:  $\chi^2(4) = 14,774$ ;  $p=0,005$ ; V de Cramer = 0,116; Estatuto de Permanência:  $\chi^2(7) = 113,232$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,316.

<sup>11</sup>  $\chi^2(4) = 10,391$ ;  $p=0,034$ ; V de Cramer = 0,109

<sup>12</sup>  $\chi^2(1) = 90,991$ ;  $p=0,000$ ;  $\Phi = 0,309$

<sup>13</sup>  $\chi^2(6) = 32,782$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,190

<sup>14</sup>  $\chi^2(3) = 17,461$ ;  $p=0,001$ ; V de Cramer = 0,157

<sup>15</sup>  $\chi^2(5) = 17,282$ ;  $p=0,004$ ; V de Cramer = 0,154

<sup>16</sup>  $\chi^2(5) = 16,857$ ;  $p=0,005$ ; V de Cramer = 0,143

<sup>17</sup>  $\chi^2(4) = 43,668$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,209

<sup>18</sup> A intensidade da medida de associação é bastante elevada.  $\chi^2(1) = 579,742$ ;  $p=0,000$ ;  $\Phi = 0,703$ .

<sup>19</sup> Sexo: Mann-Whitney = 71795,500;  $p=0,000$ . Escalão etário: Kruskal-Wallis (8) = 35,249;  $p=0,000$ ; Habilitações: Kruskal-Wallis (4) = 25,738;  $p=0,000$ .

<sup>20</sup> Situação na profissão: Kruskal-Wallis (4) = 55,459;  $p=0,000$ . Grupo ocupacional: Kruskal-Wallis (3) = 80,521;  $p=0,000$ . Sector de atividade: Kruskal-Wallis (5) = 38,886;  $p=0,000$ .

<sup>21</sup> As categorias de situação na profissão utilizadas no inquérito foram as seguintes: Trabalhador por conta de outrem (TPCO) - Funcionário público ou numa empresa; Trabalhador por conta própria (TPCP) - Empregador ou isolado; Outro.

<sup>22</sup> Para as questões relativas às profissões dos inquiridos, agruparam-se os grandes grupos profissionais da Classificação Nacional de Profissões (CNP) nas seguintes categorias: Quadros (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) (GG1+GG2); Técnicos (Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores) (GG3+GG4+GG5); Operários (Operários, operadores, artífices e similares) (GG7+GG8); e Trabalhadores não qualificados (GG9). Por outro lado, omitiram-se nas análises mais aprofundadas o GG0 (membros das Forças Armadas) e o GG6 (trabalhadores da Agricultura e Pescas), residuais na amostra.

<sup>23</sup> Em termos do ramo de atividade atual, o inquérito apresentava 17 categorias que foram posteriormente reduzidas a sete, de forma a facilitar a interpretação dos cruzamentos com outras variáveis. Foram utilizados os seguintes: Indústria (Indústria, incluindo energia), Construção, Comércio (Comércio e restauração, transportes e similares), Atividades financeiras (Atividades financeiras, serviços às empresas e similares), Outras atividades de serviços, Atividades pessoais (Atividades pessoais, familiares e domésticas).

<sup>24</sup> Mann-Whitney = 95246,000;  $p=0,000$

<sup>25</sup> Kruskal-Wallis (4) = 14,105;  $p=0,007$

<sup>26</sup> Kruskal-Wallis (4) = 21,620;  $p=0,000$

<sup>27</sup> Kruskal-Wallis (3) = 8,974;  $p=0,030$

<sup>28</sup> Kruskal-Wallis (5) = 50,671;  $p=0,000$

<sup>29</sup> Kruskal-Wallis (6) = 19,276;  $p=0,004$

<sup>30</sup> INE, Estatísticas do Emprego, [www.ine.pt](http://www.ine.pt). Estes dados não são desagregados por nacionalidades particulares, devido à elevada margem de erro associada.

<sup>31</sup> IEFP, <http://www.iefp.pt>.

<sup>32</sup> Há que sublinhar que esta variável não faz a distinção entre o momento do desemprego, de forma que podemos estar a falar de algumas situações de desemprego à chegada.

<sup>33</sup>  $\chi^2(5) = 18,851$ ;  $p=0,002$ ; V de Cramer = 0,128

<sup>34</sup> Mann-Whitney = 29556,000;  $p=0,026$

<sup>35</sup> Kruskal-Wallis (4) = 19,731;  $p=0,001$

<sup>36</sup>  $\chi^2(1) = 7,862$ ;  $p=0,003$ ;  $\Phi = 0,083$

<sup>37</sup>  $\chi^2(4) = 33,373$ ;  $p=0,000$ ; V de Cramer = 0,183

<sup>38</sup>  $\chi^2(3) = 13,947$ ;  $p=0,003$ ; V de Cramer = 0,127

<sup>39</sup>  $\chi^2(5) = 19,714$ ;  $p=0,001$ ; V de Cramer = 0,142

## Referências bibliográficas

- Boyer, R. (1986), *La Flexibilité du Travail en Europe – Une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 à 1985*, Paris: Éditions La Découverte.
- Carvalho, L. X. (2007), *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*, Cadernos OI, nº 1, Lisboa: ACIDI.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004), *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, mimeo.
- Casaca, S. F. e J. Peixoto (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, nº 117, pp. 116-133.
- Egreja, C. e J. Peixoto (2011), “Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 67, pp. 43-64.
- Góis, P. et al. (2009), “Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal”, *Revista Migrações*, nº 5, pp. 111-133.
- Kovács, I. (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta.
- Kovács, I. e S. F. Casaca (2007), “Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas europeas”, *Sociología del Trabajo*, nº 61, pp. 99-124.
- Machado, F. L. et al. (2009), *Bibliografia e Filmografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000/2008)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malheiros, J. M. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME.
- OCDE (2008), *Jobs for Immigrants (Vol. 2): Labour Market Integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*, Paris: OECD.
- Padilla, B. (2007), “A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise”, em Malheiros, J. (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME, pp. 113-134.
- Peixoto, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Migrações*, 2, pp. 19-46.
- Peixoto, J. e A. Figueiredo (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME, pp. 87-111.

- Peixoto, J. e J. Iorio (2011), *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?*, Lisboa: Principia / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, S. (2010), *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal – Impacto das Novas Vagas de Imigração*, Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, S. e J. Vasconcelos (2007), *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de Casos e Respostas de Portugal*, Escritório da OIT em Lisboa, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Phizacklea, A. (2005), “O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração», in I. Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta, pp. 161-177.
- Piore, M. J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Portes, A. (1981), “Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration”, in M. M. Kritz et al. (ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.